

LEITURA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR: DISCUTINDO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

ZORAIA AGUIAR BITTENCOURT^{*}
SIMONE LIMA BARROS^{**}

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir as práticas pedagógicas adotadas em instituições privadas de Ensino Superior para qualificar a proficiência em leitura de textos acadêmicos. A reflexão proposta considera o perfil dos universitários ingressantes em cursos noturnos – jovens adultos egressos de escolas públicas e inseridos no mercado de trabalho –, que apresentam, em sua maioria, dificuldade em produção de leitura e de textos científicos. Para proceder à análise de pesquisas recentes nesta área de conhecimento, considera-se o conceito de alfabetização acadêmica e a prática de ensino com uso polígrafos no Ensino Superior, com o propósito de apresentar estratégias bem-sucedidas de ensino e aprendizagem da produção e da compreensão textual dos gêneros textuais acadêmicos.

Palavras-chave: Leitura. Ensino Superior. Licenciaturas. Gêneros textuais acadêmicos.

^{*} Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim/RS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Educação, Culturas e Políticas Contemporâneas – UFFS/Erechim na Linha de Pesquisa Políticas de currículo e docência. Doutoranda em Educação (PUCRS), Mestre em Educação (UFRGS), Especialista em Alfabetização (FAPA), Graduada em Letras (FAPA)

^{**} Doutoranda em Estudos da Linguagem (UFRGS), com ênfase em Teorias do Texto e do Discurso. É mestre em Letras – Estudos da Linguagem pela mesma universidade. Pós-graduada em Estudos Linguísticos do Texto (UFRGS) e Estruturas da Língua Portuguesa (ULBRA). É bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (PUCRS) e licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (FAPA). Tem experiência nas áreas da educação, nos Ensinos Básico e Superior, e da Comunicação Social, com atuação em jornalismo impresso e assessoria de imprensa. Participa como professora do Programa de Apoio à Graduação (PAG) – Projeto de Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa da UFRGS.

ABSTRACT
READING IN THE PRIVATE HIGHER EDUCATION CLASSES:
PEDAGOGICAL STRATEGIES DISCUSSION

This work aims to discuss the pedagogical practices in the private higher education institutions in order to qualify the proficiency in reading academic texts. The proposed reflection considers the profile of the students in the first years in evening classes - young adults graduating from public schools and already in the labor market - who have, in most cases, difficulty to read and to write scientific texts. To analyse of recent research in this area of knowledge, it is considered the concept of academic literacy (CARLINO, 2005) and the practice of teaching with polygraphs use in higher education (GUIRALDELLI, 2008), with the purpose of presenting well successful strategies teaching and learning strategies of text production and comprehension of academic-scientific genres.

Keywords: Reading. Higher Education. Degrees. Academic-scientific Genres

INTRODUÇÃO

Uma das queixas dos professores universitários de instituições privadas de Ensino Superior é a falta de habilidade de seus alunos em ler um texto de cunho acadêmico. São alunos que, segundo alguns docentes, não entendem o que leem e, quando entendem, por vezes, tomam as palavras dos autores como verdades incontestáveis, até mesmo por não terem conhecimento teórico suficiente para questionar, relacionar, desconstruir e reconstruir as informações que lhes são oferecidas nos textos. Diante deste quadro, constitui-se como foco de interesse deste trabalho a relação entre as estratégias de leitura adotadas por algumas instituições privadas de Ensino Superior, o nível de proficiência em leitura dos alunos que nelas ingressam e as práticas pedagógicas dedicadas a orientar o aluno na compreensão de textos acadêmicos.

De acordo com Britto (2003, p.188), “a origem da queixa sobre a capacidade de escrever e de ler dos estudantes universitários – por volta dos anos 60/70 – se situa num momento particularmente relevante da história da educação no Brasil”. O enorme crescimento populacional do País levava muitas pessoas a verem na universidade sua única possibilidade de ascensão social, o que exigiu, segundo o autor, uma maior oferta de vagas no Ensino Superior. Nas últimas décadas, aumentou o número de estudantes que vencem as dificuldades

da Educação Básica e adentram à universidade.

Programas de incentivo ao ingresso das classes mais populares ao Ensino Superior, tal qual o Programa Universidade para Todos (ProUni), estão oportunizando acesso a algo que antes era somente privilégio dos que podiam pagar e, por consequência, tinham condições de alcançar as melhores oportunidades de emprego e os salários mais altos. Percebemos o aumento do ingresso de pessoas em cursos superiores como algo positivo, pois pode contribuir para que a desigualdade social diminua. No entanto, o fato de oferecer o ingresso a este nível de ensino não garante a permanência e nem a aprendizagem destes estudantes em sala de aula, uma vez que alguns destes estudantes acabam enfrentando dificuldades, especialmente de ordem financeira, para prosseguir nos cursos.

Colocamo-nos, assim, como desafio, pensar na produção de leitura em cursos de graduação de distintas áreas, oferecidos em instituições particulares, cujos estudantes são egressos de escolas públicas, cursos técnicos ou supletivos, ou, ainda, tenham permanecido afastados dos estudos por longo período de tempo. Levamos em conta tal perfil de estudante por representar, em sua maioria, jovens e adultos que, historicamente excluídos do Ensino Superior no Brasil, passaram a ingressar em tal espaço. Cabe frisar que nos alinhamos aos estudiosos que buscam ultrapassar a etapa da identificação das dificuldades para, a partir delas, atuar.

Entre outros impedimentos possíveis, neste trabalho vamos tratar, exclusivamente, dos problemas de leitura enfrentados, de modo especial, pelos alunos ingressantes no meio acadêmico. Uma questão que se coloca é que mais de 30% dos alunos que estão deixando as salas de aula do Ensino Médio não conseguem realizar plenamente leituras consideradas simples. Segundo os dados obtidos pelo SAEB (2001),

32,11% dos alunos da 3ª série do Ensino Médio que prestaram o exame encontram-se no nível 5, caracterizado por capacidades de leituras muito simples, tais como: localizar informações explícitas e implícitas em fragmentos de textos narrativos simples; inferir, tanto em provérbios como em notícias de jornal, o sentido em palavras e expressões de maior complexidade, levando-se em conta o grau de abstração; inferir o sentido de palavras ou expressões em textos narrativos simples, relatos jornalísticos, histórias e poemas; identificar o tema de textos narrativos, informativos e poéticos; interpretar textos publicitários

com auxílio gráfico, correlacionando-o com enunciados verbais, gráficos sobre boletins meteorológicos; e identificar a finalidade de texto informativo em revista de divulgação científica (apud ROJO, 2009, p. 33-4)

Considerando-se que parte de tais egressos do Ensino Médio leva para o Ensino Superior essa séria defasagem no conhecimento quanto à produção de leitura, cabe examinarmos instrumentos e práticas pedagógicas apresentados por pesquisas recentes nesta área de investigação que apresentam como os docentes têm buscado auxiliar os alunos na superação de suas dificuldades de leitura e de compreensão textual.

APOSTILAS E POLÍGRAFOS NO MEIO ACADÊMICO: UM ENSINO FUNCIONAL

Talvez como uma espécie de facilitador para os alunos no processo de leitura e para a compreensão dos conteúdos de seus componentes curriculares, muitos docentes adotam, como recurso didático, apostilas e/ou polígrafos, cuja fragmentação e/ou simplificação que os configuram impedem uma efetiva apropriação do discurso acadêmico.

Utilizados como recursos que se alinham à pedagogia da transmissão do conhecimento, tais materiais assemelham-se aos livros didáticos adotados no nível básico de ensino, nos quais a exposição do saber não abre espaço ao questionamento e ao trabalho com a autoria.

Consideramos importante salientar que fazemos, aqui, uma diferenciação entre dois gêneros semelhantes circulantes no meio acadêmico: a apostila e o polígrafo. Por mais que muitas pessoas utilizem a mesma nomenclatura para designar estes recursos utilizados como ferramentas para o trabalho com leitura no Ensino Superior, entendemos que apostila é o resultado de horas de trabalho de alguns professores que se dedicam a sintetizar conteúdos e a organizar exercícios de sistematização destes conteúdos, geralmente a partir de estratégias de memorização, para que o aluno se aproprie de certas informações. Algumas definições deste verbete são:

Apostila: s.f. Síntese de pontos ou matérias de aulas, publicada em avulsos para uso de alunos. (ABL, 2008, p. 151)

Apostila: s.f. 1. Notas complementares ou resumo essencial de um texto ou dos comentários da aula. 2. Brochura que contém

esses comentários e resumos (LUFT, 2001, p. 73)

Apostila: s.f. Aditamento (aumescrito). 2. Nota suplementar.

3. Brochura que contém matérias ou comentários de aulas (AMORA, 2009, p. 49)

A apostila seria, então, uma releitura, uma adequação realizada por alguém para facilitar a leitura de outras pessoas. Em sua crítica ao uso de apostilas, Guiraldelli Jr. (2010) afirma que a apostila é cópia, um jeito de burlar a lei que regulamenta a “cópia xerografada”, é fruto de algumas horas de trabalho de reprodução. Sendo assim, não tomaremos a apostila como objeto de nossa discussão, uma vez que essa prática não é a mais frequente em nosso Ensino Superior, nem exige o contato direto dos ingressantes com textos até então desconhecidos.

Já o polígrafo será aqui entendido como um conjunto de excertos de textos originais de livros que são unidos de acordo com a presença neles dos conteúdos que são apresentados pelas súmulas dos componentes acadêmicos. Este conceito de polígrafo está sendo apresentado aqui neste sentido, uma vez que dicionários somente fazem referência a esse verbete no sentido do sujeito que escreve em várias línguas ou relacionando-o a um equipamento detector de mentiras, sentidos estes não condizentes com os objetivos deste texto.

Como os textos presentes nestes polígrafos são predominantemente artigos científicos, resenhas, excertos de livros, ou seja, textos até então pouco trabalhados com os alunos, a leitura e a compreensão destes textos fica prejudicada. Assim, em seu processo de construção do conhecimento, os acadêmicos não encontram sentido nesse material. Ao dedicar-se ao estudo do que denomina “cultura do polígrafo”, Silveira (2003, p. 6) alerta que

a Cultura do Polígrafo tem funcionado como um dispositivo de banalização e de esvaziamento do sentido das práticas de leitura, as quais são percebidas pelos discentes, principalmente, como uma obrigação para o cumprimento das tarefas universitárias.

Diante deste cenário, a prática da leitura perde seu caráter de processo por meio do qual se dá início ao processo de construção do conhecimento, para se tornar mera atividade obrigatória e pouco estimulante. E o que é ainda mais grave: esvazia-se como estratégia de aprendizagem, inviabilizando,

ainda, a prática de produção de pesquisa. De tal modo que, restrito em sua atividade de leitura, o estudante enfrentará, também, conseqüentemente, dificuldades na produção textual do tipo científica.

A (in)disponibilidade de tempo dos alunos é outro fator que costuma influenciar professores na definição das leituras a serem propostas. Assim, o que se observa em muitas instituições privadas é um ensino por apostilas/polígrafos, que só é funcional – se é que podemos afirmar isso – à medida que os alunos deveriam realizar as leituras prévias e “combinadas” para cada aula, o que nem sempre ocorre. Dividida entre jornadas de estudo e de trabalho, grande parte afirma não possuir tempo disponível para realizar todas as leituras propostas, que, por vezes, podem se constituir de textos teóricos sobre conteúdos, por outras, resultam em explicações e exercícios de sistematização de conteúdos programáticos da disciplina.

Sendo assim, apesar de estarem, muitas vezes, cursando uma graduação voltada para a sua área de atuação, estes estudantes costumam alegar falta de tempo hábil para as leituras que servem de base teórica ao exercício de sua profissão. Uma das contradições presentes neste cenário é exatamente esta: muitos alunos desejam “receber” dos seus professores universitários os conteúdos que serão necessários à sua prática profissional, mas apresentam uma postura de indiferença em relação a leituras teóricas, muitas vezes até mesmo uma atitude de resistência e questionamento quanto à metodologia de ensino por polígrafos/apostilas.

Neste sentido, uma das estratégias propostas pelas instituições privadas de Ensino Superior tem sido, segundo Ghiraldelo (2006), a oferta de um componente relacionado ao ensino da leitura e da escrita no início dos cursos de graduação (geralmente no primeiro semestre), com o intuito de “diagnosticar e sanar as dificuldades” que não foram resolvidas ao longo de doze anos de permanência nos bancos escolares.

Embora pouco eficiente, por ser, muitas vezes, uma ação isolada, tal mobilização e vela-se como passo inicial na busca por estratégias e ações de maior impacto no processo pedagógico, pois, na avaliação de Geraldi (2003, p. 85), “a história da educação, recupera avanços e recuos, perceptíveis como tais somente ao olhar contemporâneo.”

Pesquisas sobre o trabalho com leitura no Ensino Superior também contribuem para repensar este cenário e traçar um perfil

do Ensino Superior privado de nosso país. Nesta direção, Gandra (2006), em pesquisa realizada em instituições do noroeste do estado de São Paulo, investigou com universitários de diferentes cursos e seus professores quais as práticas de leitura nas quais os alunos se inseriam e sua relação com as propostas de leituras acadêmicas. As conclusões da pesquisa explicam o baixo índice de leitura e o decréscimo do nível de leitura ao longo dos cursos, em função das propostas por parte dos docentes com relação a essa prática. Como expõe a autora, “tais condições implicam escassas solicitações de leitura de natureza restrita e fragmentada, pois, via de regra, correspondem a capítulos de livros e resumos em apostilas, cultivando uma visão parcializada do conhecimento e, por conseguinte, dos fenômenos sociais junto aos alunos” (GANDRA, 2006, p. 128).

O descompasso também se apresenta em função da existência de diferentes expectativas entre professores e alunos. Enquanto muitos professores esperam uma autonomia à iniciativa de seus futuros alunos, muitos destes estudantes, após um dia inteiro de trabalho, talvez se sintam confortáveis com aulas expositivas em que os professores simplesmente transmitem informações. Com isso, alguns professores se veem frequentemente às voltas em busca de estratégias que possam facilitar e comprovar as famigeradas leituras prévias às aulas, o que faz emergirem atividades como entrega de resumos de textos e de livros, construção de slides com as principais ideias apresentadas pelos autores, cobrança de realização de fichamentos destes textos a partir do acréscimo de notas àqueles que os entregar em data previamente agendada, divisão destes textos entre os alunos para que sejam apresentados em forma de seminários, etc. Que profissional está sendo formado a partir deste ensino simplificador?

A facilitação dos exames seletivos de entrada às universidades privadas é outro fator que impulsiona alunos com extremas dificuldades de leitura, escrita e interpretação textual para dentro de salas abarrotadas nos primeiros semestres destas instituições. Já, num segundo momento, há, na maioria destas faculdades, uma busca incessante por estratégias pedagógicas e ações conjuntas que levem os alunos a permanecerem nos cursos, uma vez que a evasão é muito grande a partir do início do segundo semestre. Estas desistências são ocasionadas, principalmente, pela falta de

condições financeiras para poder cursar todos os créditos do semestre, o que ocasiona um atraso na conclusão do curso e, conseqüentemente, uma falta de estímulo pelo maior afastamento semanal da instituição e a falta de perspectiva em graduar-se no tempo estimado. Por outro lado, os alunos precocemente acreditam que o curso não correspondeu àquilo que eles esperavam e, na melhor das hipóteses, tomam outros rumos acadêmicos, quando não, abandonam a tentativa de cursar uma graduação. Na avaliação de Britto (2003, p. 192), o que de fato ocorre é o ajuste do sistema escolar às necessidades do sistema: não mais pública e universal, mas diferenciada conforme a clientela, a educação é uma mercadoria que serve, ao mesmo tempo, para selecionar e garantir o processo de acumulação.

Esta adequação das universidades privadas ao seu público é uma medida de sobrevivência, pois, se os alunos se sentirem exigidos além de suas possibilidades de tempo, com leituras extensas, com trabalhos de pesquisa ou em grupos, isso poderá levá-los a abandonar os estudos em detrimento dos seus empregos. Conhecendo essa lógica, alguns professores não pedem a leitura de um livro, mas de alguns fragmentos deste livro. Contudo, além de uma reflexão acerca do material de leitura ofertado aos alunos, entendemos ser necessário pensar, ainda, sobre a falta de acompanhamento dos professores na leitura destes textos.

Em algumas instituições privadas, resistência à determinada solicitação do professor pode significar a evasão do aluno e, por conseqüência, uma mensalidade a menos no fim do mês. Nesta perspectiva, “trata-se de dizer em que medida a universidade aceita submeter-se às normas do capitalismo neoliberal ou em que medida recusa esta submissão (ou ainda, consegue recusar, num movimento de resistência)” (BRITTO, 2003, p. 192). Submissão esta responsável, muitas vezes, pela má formação acadêmica e, por conseqüência, pela veiculação de uma imagem institucional de ensino empobrecido. Textos empobrecidos, leitura empobrecida, profissionais empobrecidos.

ALFABETIZAÇÃO ACADÊMICA: ORIGEM E RELEVÂNCIA DO CONCEITO

Concebido há pouco mais de uma década por pesquisadores ingleses, o conceito de alfabetização no Ensino

Superior envolve um conjunto de noções e estratégias necessárias para que o estudante universitário possa se integrar à cultura discursiva do meio acadêmico. Segundo Carlino (2005), tais estudos apontam caminhos para docentes e discentes no trabalho efetivo de produções e análises de textos que integram os processos de ensino e de aprendizagem.

Ler e escrever, no século XXI, não corresponde mais à simples aquisição do código escrito ou a um processo complexo de codificação e decodificação. Hoje não basta saber ler e escrever foneticamente, para ler é preciso ...

[...] (re)agir e posicionar-se criticamente frente a diferentes textos. Ler envolve combinar letras, sons, imagens, gestos, relacionando-os com significados possíveis, lançar mão do conhecimento prévio para participar da construção dos sentidos possíveis do texto, agir conforme a expectativa de leitura criada pelo contexto de comunicação e ser crítico em relação à ideologia implícita, reconhecendo que qualquer texto atualiza um ponto de vista, pois tem um autor. Ou seja, para atribuir sentidos possíveis ao texto, o leitor precisa, simultaneamente, decodificá-lo, participar dele, usá-lo e analisá-lo (FILIPOUSKI; MARCHI; SIMÕES, 2009, p. 39).

Neste sentido, cabe repensar igualmente o conceito de alfabetização, uma vez que este processo tem sido um amplo objeto de pesquisa e analisado sob múltiplas perspectivas teóricas. Tradicionalmente abordada em estudos que a restringiam ao ingresso de crianças, jovens e Adultos no universo da leitura e da escrita do Ensino Básico, a alfabetização passou a ser referida no plural. Vemos, hoje, referências à alfabetização em tecnologias de informação, midiática, visual, etc.

Entendemos, contudo, que o processo de alfabetização deve ser observado desde um prisma abrangente, que coloque em circulação uma nova noção: a da alfabetização acadêmica, a qual propõe a desconstrução das certezas de muitos professores quanto ao que esperar dos estudantes no Ensino Superior. Para os estudiosos que defendem a alfabetização acadêmica, não basta somente apontar as lacunas existentes em relação à leitura dos calouros de cursos superiores e utilizá-las como justificativa para a repetência e posterior evasão destes alunos, mesmo que, segundo alguns professores universitários, a defasagem constatada na formação possa vir a ser um impedimento para a aprendizagem durante o Ensino Superior.

Pesquisas sobre ensino e aprendizagem de leitura no Ensino Superior têm recebido significativa atenção entre os estudiosos brasileiros. Entretanto, são encontrados poucos trabalhos que relacionem leitura à noção de alfabetização acadêmica e que apresentem o cruzamento de ambas como instrumento de aprendizagem no nível acadêmico.

Diante de tal lacuna, vale ressaltarmos os estudos de Carlino (2003; 2004; 2005) para tratar da relevância da noção de alfabetização acadêmica como suporte teórico indicador de caminhos para novas reflexões e para o aprimoramento do ensino de leitura no Ensino Superior. Ao abordar as distintas alfabetizações, a alfabetização acadêmica trata das habilidades necessárias a estudantes de nível superior para que obtenham sucesso em sua formação, por envolver “a habilidade de operar dentro de textos e gêneros das tradições ocidentais, e engajar-se em certos processos de ler e escrever reflexivos desses textos e gêneros” (KOPE apud DEMO, 2007, p. 71).

No que diz respeito aos estudos de pesquisadores ingleses, Carlino (2005) ressalta que o termo “*literacy*” (alfabetização) – diferentemente da visão tradicional de alfabetização dos povos de língua latina – é compreendido como a cultura organizada em torno do escrito, em qualquer nível educativo e, também, fora do âmbito educacional, nas diversas comunidades leitoras e escritoras.

Nesse sentido, a força do conceito em língua inglesa adverte contra a tendência de considerar que a alfabetização seja uma habilidade básica, que se adquire de uma vez e para sempre (CARLINO, 2005, p. 14). Diante desta perspectiva, a autora apresenta como proposta integrar a produção e a análise de textos no ensino de todas as disciplinas e ao longo de toda a formação acadêmica, uma vez que, de acordo com Britto (2003, p.189), o aluno não desenvolveu determinadas habilidades de estudo nem o domínio de certas formas da cultura escrita, o que implica desconhecimento – ou pelo menos a dificuldade de manuseio – de universos referenciais próprios das práticas acadêmicas.

Partindo deste ponto de vista, é necessário que se oportunize a estes alunos o contato com diferentes textos, que se dê a chance para que eles percebam outros gêneros textuais por ora distantes de suas vivências; é necessário tornar íntimo o que ainda é, para estes aprendizes, algo passível de apenas puro estranhamento, mas como?

ESTRATÉGIAS DE LEITURA: OS NOVOS GÊNEROS

Diferentemente da leitura feita na escola que, em alguns casos, trata-se de uma decodificação mecânica dos signos linguísticos¹, cujo objetivo, no geral, é localizar no texto (e jamais fora dele), “o que o autor quis dizer”, o processo de leitura no Ensino Superior demanda inevitavelmente outras habilidades outrora não praticadas por alguns aprendizes, como a capacidade de refletir criticamente e de elaborar argumentos para se posicionar diante do que se lê. Além disso, há o problema da falta de familiaridade com determinados gêneros textuais. Enquanto nos Ensinos Fundamental e Médio os alunos têm contato com determinados tipos de texto, como o literário, o informativo, o narrativo, o descritivo (estes circulando em forma de diversos gêneros), no Ensino Superior, esta diversidade textual diminui e acaba por centrar no texto de caráter científico, justamente aquele menos (ou nunca) abordado na Educação Básica. Ocorre, portanto, que, a partir das novas experiências de leitura no Ensino Superior, o aluno depara-se com textos cuja linguagem é distinta daquela que constituía suas leituras anteriores, ou seja, trata-se de gêneros distintos dos que eles vinham lendo.

Assim, é possível, juntamente com Britto (2003, p. 187), afirmar que “não se trata de dizer que o estudante universitário não sabe ler e escrever de uma maneira geral, mas sim que não operaria com uma forma discursiva específica – o discurso acadêmico –, pelo qual a universidade se identifica e é identificada”. Nem mesmo, assim como expõe Cardoso (2010, p. 25.),

[...] não se quer demonstrar a fragilidade das instituições que admitem em seus quadros acadêmicos despreparados para esta etapa de ensino; mas que, diante da fragilidade de um ensino básico que não prepara o aluno para a etapa seguinte, cabe às instituições de educação superior lidar com essa carência e suprimi-la da realidade de seus aprendizes.

Acerca da dificuldade de compreensão de textos no Ensino Superior, Carlino (2005) leva em conta que os textos estudados durante a graduação costumam ser textos científicos não escritos para os estudantes, mas para leitores que já

¹ A decodificação mecânica dos signos linguísticos é entendida por Martins (1982) como uma identificação, uma mera localização no texto.

conhecem as linhas de pensamento e as polêmicas internas de cada campo de estudo. Assim, alerta a autora:

Son textos que dan por sabido lo que loestudiantes no saben. Asimismo, en la universidad se les suele exigir pero no enseñar a leer como miembros de las comunidades discursivas de sus respectivas disciplinas. [...] Lo que plantea obstáculos al desempeño de muchos estudiantes es el carácter implícito de las prácticas lectoras universitarias y la naturaleza tácita del conocimiento contenido en los textos que se les da para leer. (CARLINO, 2010, p. 1)²

Compreende-se, pela fundamentação apresentada, que, se por um lado, a leitura funciona como uma ferramenta para a aprendizagem em qualquer nível de ensino, no nível universitário ela implica uma exigência diferente em relação à presença de um leitor ativo, de um leitor que abandone a posição passiva diante do texto.

Ao ingressar no meio acadêmico, os estudantes logo identificam suas primeiras dificuldades em função do gênero de texto ainda desconhecido. Por isso, essas formas de ler estes novos gêneros devem ser ensinadas aos alunos, pois

o acesso ao mundo da cultura letrada, particularmente aos textos cuja organização sintático-semântica, seleção léxica e estratégias discursivas se fundamentam em sistemas específicos de valores e regras de interpretação, não se garante com o conhecimento de regras do sistema gráfico e convenções de uso, mas sim pelo domínio dos sistemas de referências que recobrem os textos escritos e pela convivência intensa com um conjunto coeso de discursos. (BRITTO, 2003, p. 153).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para compreender as primeiras leituras no âmbito do Ensino Superior, Carlino (2005) confirma que se devem também ao fato de os textos lidos não se dirigirem aos alunos, mas, sim, a interlocutores que já se apropriaram de conceitos que

² São textos que dão por sabido o que os estudantes não sabem... Mesmo assim, na universidade se costuma exigir, mas não ensinar a ler como membros das comunidades discursivas de suas respectivas disciplinas. O que coloca obstáculos ao desempenho de muitos estudantes é o caráter implícito das práticas leitoras universitárias e a natureza tácita do conhecimento contido nos textos que lhes dá para ler. (Tradução livre)

geralmente não estão explícitos.

Em tais experiências iniciais, muitos estudantes não compreendem o que leem pelo desconhecimento dos discursos próprios da cultura acadêmica e de sua intertextualidade.

Assim, revelam-se pertinentes as indagações quanto às diferenças entre a leitura produzida na escola e a leitura produzida na universidade ou em outros ambientes. Carlino aponta três razões, a saber:

- a) os propósitos gerais pelos quais se costuma ler na universidade;
- b) os propósitos particulares com que se costuma ler na universidade;
- c) que textos são lidos na universidade.

Sobre o primeiro propósito, a autora defende que cabe ao professor orientar para a leitura adequada da investigação e da comunicação de conhecimento acadêmico. No segundo caso, explica que, além de considerada a linguagem específica da leitura acadêmica, cabe considerar a linguagem especificados componentes curriculares, observando que cada uma destas práticas terá sua própria lógica, sua maneira de organização, seu código linguístico, semântico. (CARLINO, 2010)

Em terceiro lugar, os estudantes entram em contato com textos mais complexos e necessitam se colocar na posição de um interlocutor que possui as informações presentes nos textos. Isso leva os alunos a não apresentarem uma atitude positiva em relação a esses textos, pois lhes faltam embasamento teórico e prática de leitura destes gêneros textuais.

FINALIZANDO...

Como vimos, existe uma grande distância entre as práticas de leitura propostas pelas universidades, a compreensão leitora e a proficiência de seus mais novos alunos. Mas, o que pode ser feito neste sentido? Muitos autores buscam apresentar propostas para reverter essa precariedade da leitura no Ensino Superior.

Eles afirmam a necessidade de o trabalho dos professores universitários estar voltado para a alfabetização acadêmica que seja capaz de servir como base de leitura de textos até então por eles desconhecidos – que circulam prioritariamente no meio acadêmico.

Considerando que estes autores concordam com a possibilidade de que esta situação se deva ao trabalho docente realizado no Ensino Superior privado, também concordam ao afirmar que a mudança deste quadro é responsabilidade destes mesmos profissionais. Conhecedores do perfil de alunos ingressantes no Ensino Superior, os docentes precisariam, de acordo com pesquisas nesta área, modificar as propostas de trabalho com leitura. Por mais que estes estudos afirmem que, muitas vezes, estes professores perdem um pouco da autonomia em algumas instituições privadas, estas pesquisas continuam apontando para a necessidade de investimento destes profissionais para solucionar as falhas do ensino secundário e subsidiar seus alunos através do ensino da leitura de textos acadêmicos.

Nesse sentido, observamos que é tarefa do docente de Ensino Superior orientar os estudantes em suas leituras, esclarecendo conceitos e diálogos entre autores, bem como apontando o que é esperado de sua leitura. Entendemos, pois, que a interação entre professor e aluno é tão necessária no meio acadêmico quanto fora nos níveis de formação anteriores, já que, por vezes, num primeiro momento, somente sob orientação do professor que o aluno terá condições de compreender os sentidos dos textos estudados.

Algumas das propostas de melhoria estão direcionadas para o diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos como ponto de partida para outras aprendizagens, para o desenvolvimento de uma prática de pesquisa no Ensino Superior – o que daria mais autonomia aos alunos – e para o ensino específico da habilidade de leitura de textos científicos.

Outra possibilidade de melhoria no trabalho com produção de leitura no Ensino Superior, como mencionado anteriormente, seria a inclusão de uma “cultura da pesquisa” em oposição à “cultura do polígrafo”. Sabemos que, assim como são pouco comuns na Educação Básica as atividades que envolvam a exigência de leitura crítica, também são incomuns propostas de pesquisa científica em que o aluno seja capaz de buscar informações, organizar ideias, argumentar e posicionar-se sobre opiniões, distinguir fatos de opiniões e encontrar estratégias de socializar estas aprendizagens.

Não ensinar os alunos a fazer pesquisa científica é uma forma de não contribuir para a construção de atitude reflexiva e autônoma destes estudantes, o que acaba dificultando o

desenvolvimento destas habilidades na sua vida adulta acadêmica. Como muitos professores de instituições privadas são horistas, muitos deles também são privados de desenvolver uma prática de pesquisadores nos locais onde trabalham, dedicando-se, exclusivamente, como num círculo vicioso, a planejar aulas e selecionar excertos de livros para que os alunos se apropriem de determinados conteúdos previstos nas ementas de suas disciplinas. Desse modo, considerando-se que a utilização de polígrafos tem se mostrado ineficiente no processo de apropriação do discurso acadêmico e na construção do conhecimento neste nível de ensino, cabe aos docentes refletir criticamente sobre suas escolhas didáticas, revendo sua adequação para os alunos ingressantes e reformulando estratégias pedagógicas para contribuir nas aprendizagens dos alunos. Talvez, uma delas seja perceber que “tal transformação não se fará por inserção nos currículos universitários de aulas de redação, mas por mudanças na raiz da organização da escola, no conceito de currículo e de produção e divulgação do conhecimento” (BRITTO, 2003, p. 193).

Isso é Alfabetização Acadêmica: o ensino de como podem ser lidas as informações específicas de polígrafos disponibilizados em Instituições de Ensino Superior. Não pretendemos sugerir aqui a extinção dessa “cultura” do polígrafo, mas contribuir para repensar essa “pedagogia” do polígrafo que vem sendo adotada pelos docentes e questionar a metodologia de trabalho proposta a partir da leitura destes textos. Nesta direção, consideramos que a prática da Alfabetização Acadêmica envolve reflexões e propostas que já se revelaram bem-sucedidas, seja um dos caminhos possíveis na reformulação da prática pedagógica do Ensino Superior, de modo especial na formação de leitores competentes.

REFERÊNCIAS

BENVEGNÚ, M. A.; GALABURRI, M. L.; PASQUALE, R.; DORRONZORO, M. I. La Lectura y escritura como prácticas de la comunidad académica. Disponível em: <www.unlu.edu.ar/~redecom/>. Acesso em: 18 jan2010.

BRASIL.CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2008. INEP,2008. Disponível em <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/supeior/news09_05.ht

m>. Acesso em: 20 jan 2010.

BRITTO, L. P. L. O leitor interditado. In: ———. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p.143-164.

———. Leitura e escrita de estudantes universitários. In: ———. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p.175-194.

CABRAL, A.P.S.; TAVARES, J. **O (in)sucesso no Ensino Superior: a leitura, a compreensão e a escrita – um projecto na universidade de Aveiro**. Disponível em: <<http://www.fchs.ualg.pt/ceduc/fases/1/com/litcomescua.htm>>. Acesso em: 18 jan.2010.

CAMPOS, M. Z. A profissionalização do professor: formadores e formandos no Ensino Superior. In: CARLINI, A. L.; SCARPATO, M. (orgs.). **Ensino Superior: questões sobre a formação do professor**. São Paulo: Avercamp,2008.

CARDOSO, R. D. **Leitura e escrita na graduação –o texto científico**. Disponível em: <http://www.fap.com.br/fapciencia/002/edicao_2008/005.pdf>. Acesso em 15 jan.2010.

CARLINO, P. **Escribir, leer y aprender en la universidad: una introducción a la alfabetización académica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica,2005.

———. **Leer textos científicos y académicos en la educación superior: obstáculos y bienvenidas a una cultura nueva**. Disponível em: <<http://asesoriapedagogica.ffyb.uba.ar/?q=leer-textos-cient-ficos-y-academicos-en-la-educaci-n-superior-obst-culos-y-bienvenidas>>. Acesso em: 15fev.2010.

DEMO, P. Alfabetizações: desafios da nova mídia. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 16fev.2010

FILIPOUSKI, A. M.; MARCHI, D.; SIMÕES, L. **Referenciais Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura**. Manuscrito de circulação restrita. Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação do Estado,2009.

GANDRA, L. M. M. As práticas de leitura e do ensino da leitura em cursos superiores de formação profissional. In: GHIRALDELO, C. M. (org.). **Língua Portuguesa no Ensino Superior: experiências e reflexões**. São Carlos: Clara luz, 2006, p.113-130.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. GUIRALDELLI Jr., P. **O crime da apostila**. Disponível em: <<http://ghiraldelli.wordpress.com/2008/12/19/o-crime-da>>

apostila/>.Acesso em: 15 jan.2010.

GHIRALDELO, C. M. (org.). **Língua Portuguesa no Ensino Superior: experiências e reflexões**. São Carlos: Claraluz,2006.

MARTINS, M. H. **O que é Leitura?** São Paulo: Brasiliense,1982.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SILVEIRA, R. S. **A cultura do polígrafo: práticas de leitura no Ensino Superior Privado**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: PPGPsico/UFRGS,2003.

